

AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SERGIPE: UMA LEITURA A PARTIR DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO 2017

Family agriculture in the state de Sergipe: a reading form the data of the 2017 agricultural census

José Eloízio da Costa

Geógrafo. Doutor em Geografia Agrária (UNESP-Rio Claro/SP). Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Av. Marechal Rondon, s/n Bloco Departamental II, Jardim Rosa Elze. CEP: 49100-000, São Cristóvão, SE – Brasil. eloizio.npgeo@gmail.com

Diana Mendonça de Carvalho

Geógrafa. Doutora em Geografia Agrária (UFS). Professora da Educação Básica na rede municipal de Itabaiana-SE. Secretaria Municipal de Educação do Município de Itabaiana. R. Quintino Bocaiúva, 845, Serrano. CEP: 49100-000, Itabaiana, SE – Brasil. dianamendoncadecarvalho@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo é realizar uma leitura geográfica da importância e das características socioeconômicas da agricultura familiar no Estado de Sergipe segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, do IBGE. Para tanto, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à análise de indicadores e variáveis da mencionada pesquisa. Em linhas gerais, o trabalho destaca: 1) o domínio da agricultura familiar no número de estabelecimentos agropecuários sergipanos; 2) o perfil desses atores, como sendo de maioria parda, proprietários de pequenos lotes, idosos e gestores de suas unidades; 3) a baixa escolaridade; 4) a fragilidade do apoio da ATER; 5) o insignificante nível da organização; e 6) o baixo percentual de contratação de crédito. Apesar dos limites apresentados, o segmento familiar destaca-se na produção de algumas lavouras temporárias e na pecuária, especialmente na produção de leite. Também se nota um maior dinamismo fruto da proliferação de veículos no campo, a exemplo do uso da motocicleta como meio de transporte dominante. Em síntese, a agricultura familiar sergipana apresenta problemas estruturais, carecendo de políticas públicas de apoio à sua base produtiva e bem espacializadas, no sentido de contemplar o segmento em todo o território estadual.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Censo Agropecuário 2017; Políticas Públicas; Sergipe.

Abstract: The purpose of this article is to perform a geographic reading of the importance and socioeconomic characteristics of family farming in the State of Sergipe according to data from the 2017 IBGE Agricultural Census. For that, bibliographic research and the analysis of indicators and variables of the mentioned research were used. In general, the work highlights: 1- the domain in the number of agricultural establishments sergipanos; 2-the profile of these actors, as of brown majority, owners of small plots, aged and managers of their units; 3-low schooling; 4- the fragility of ATER's support; 5-the insignificant level of the organization; and 6- the low percentage of hiring labor. Despite the limits presented, the family segment stands out in the production of some temporary crops and in livestock, especially in milk production. There is also a greater dynamism due to the proliferation of vehicles in the countryside, such as the use of motorcycles as the dominant means of transport. In summary, Sergipe family farming presents structural problems, lacking public policies to support its productive base and well spatialized, in order to contemplate the segment throughout the state.

Keywords: Family Farming; Agricultural Census 2017; Public Policy; Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

Unidade político-administrativa de menor extensão territorial no Brasil, o Estado de Sergipe tem suas particularidades econômicas e culturais. Esse apresenta singularidades de natureza política, as quais seguem o mesmo padrão histórico do Nordeste, mesmo apresentando mudanças nas últimas décadas. Diante disto, ressalta-se os aspectos econômicos, sabendo que os traços culturais seguem uma lógica de resistência, reflexo do processo de ocupação política e econômica. Fato observado nas danças, nos rituais religiosos e no uso de indumentárias que remontam ao período colonial e imperial do “Sergipe del Rey” (VARGAS, 2014), ou ainda na importância da alimentação, cujo cardápio é reproduzido no meio rural e urbano sergipano, inclusive em rituais religiosos (MENEZES, 2014).

Em linhas gerais, a economia sergipana sempre foi uma das mais fragilizadas no território nordestino. Grosso modo, a formação econômica estadual se deu a partir dos ciclos econômicos, tendo por base a agricultura, a pecuária extensiva e a cultura algodoeira, desenvolvidas na região do semiárido. Além disso, apresenta resquícios industriais de baixo nível tecnológico, como a presença da indústria têxtil, e mais importante, a tradicional exploração da cultura canavieira na região da Zona da Mata, atividade mais dinâmica da então província sergipana (PASSOS SUBRINHO, 1985). Mais adiante (segunda metade do século XX) é que o Estado passa a se destacar no desenvolvimento da indústria extrativista mineral e de exploração e produção de petróleo, que em seu auge (décadas de 80 e 90 do século XX), representaria mais de 40% do PIB estadual.

Nas primeiras décadas do século XXI, Sergipe ainda tem na agropecuária uma das atividades econômicas mais tradicionais, representando 6,5% do seu Valor Adicionado Bruto (VAB), percentual menor que o registrado no Nordeste e similar ao nacional. Por outro lado, o segmento da indústria de transformação é semelhante ao VAB do Nordeste e menor que a média brasileira, excetuando-se as indústrias extrativas e os serviços industriais de utilidade pública, que ampliam em termos de perspectiva o reposicionamento estratégico, com a consolidação do complexo industrial-portuário, a partir da instalação de indústria

termoelétrica, configurando a especialização econômica estadual (LACERDA, 2019). Agrega-se o setor de serviços que representou pouco mais de 60% do PIB estadual (menor que o do Nordeste e o do Brasil), destacando-se atividades administrativas, defesa, saúde, educação pública e seguridade social. As atividades imobiliárias também se destacam, face a expansão desse segmento, refletido a importância da indústria da construção civil (LACERDA, 2012; 2019).

Partindo desse contexto geral, o objetivo do presente artigo é realizar uma leitura geográfica da importância e das características socioeconômicas da agricultura familiar (AF) no campo sergipano segundo os dados do Censo Agropecuário 2017, do IBGE. Para tanto, analisam-se aspectos dos estabelecimentos agropecuários, levando em consideração indicadores como número, área, condição do produtor etc. Além disso, se buscará verificar fatores relativos à melhoria das condições de trabalho e de vida dos produtores do segmento, como a expansão do uso de meios de transporte a exemplo das motocicletas e outros bens representativos da “modernidade”.

Algumas razões justificam a importância de se trabalhar esse tema. A primeira delas relaciona-se com a importância que o segmento agropecuário representa no Estado. Apesar da sua menor participação no PIB, ele ainda é permeado pela tradição no que se refere à presença significativa de residentes rurais de base familiar. A segunda razão está pautada nas mudanças processadas na organização da atividade agropecuária estadual nas duas últimas décadas, tanto em função da diminuição quantitativa das unidades produtivas familiares e não familiares, quanto pelos efeitos das políticas de crédito voltadas aos AFs, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Aos aspectos mencionados, agrega-se a questão relacionada à modernização da agricultura, segmentada em duas vertentes: a do agronegócio, representada pela ascensão impressionante da cultura do milho na última década com fortes ganhos de produtividade e da inserção da AF nesse processo (OLIVEIRA, 2019); e a da frágil modernização da atividade leiteira, desenvolvida em sua maioria pelos pequenos produtores.

A estrutura do texto está organizada em seções interconectadas entre si. Em síntese, distribuem-

-se os dados compilados da seguinte forma: 1) número de estabelecimentos e área; 2) perfil dos chefes dos estabelecimentos; 3) pessoal ocupado; e, 4) acesso a meios de transporte e tecnologias. Em seguida, são analisados os dados referentes à produção realizada nos estabelecimentos agropecuários familiares sergipanos, nas lavouras temporárias e permanentes, além da pecuária, destacando a relevância dessa atividade para a economia rural do Estado, particularmente o avanço da produção de leite de vaca. Finalmente, é apresentado um panorama de acesso ao crédito e das receitas obtidas, naturalmente destacando o Pronaf como uma política pública de crédito consolidada no Estado de Sergipe, apesar de alguns fatores que ainda bloqueiam sua expansão.

2 CARACTERÍSTICAS DOS ESTABELECEMENTOS E DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE SERGIPE

Um aspecto interessante do Censo Agropecuário de 2017 se refere à tipologia dos estabelecimentos agropecuários, ao classificar os agricultores como familiares (AFs) ou não familiares. Seguindo essa tipologia, a Tabela 1 mostra a relevância da AF em Sergipe. De fato, em 2017 foram recenseados 93.275 estabelecimentos agropecuários no campo sergipano. Desse total, a maioria era do segmento familiar (72.060 ou 77,3%), embora detivessem menos da metade da área agrícola (46,6%). Já os produtores não familiares ou patronais, eram representados por 22,7% dos estabelecimentos, mas ocupavam a maior parte das terras (53,4%).

Tabela 1 – Número e área dos estabelecimentos agropecuários de Sergipe por tipo de produtor (2017)

Tipos	Estabelecimentos		Área (em hectares)	
	Número	%	Número	%
Familiar	72.060	77,3	680.515	46,6
Não Familiar	21.215	22,7	780.346	53,4
Total	93.275	100,0	1.460.861	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Do ponto de vista da estrutura fundiária, mediu-se pelo índice de Gini o grau de concentração dos estabelecimentos agropecuários sergipanos em relação aos demais estados nordestinos. Na Tabela 2 observam-se esses indicadores. O índice calculado para o Estado de Sergipe acompanhou os demais estados nordestinos, observando-se forte concentração fundiária, mesmo que entre os censos de 2006 e 2017 tenha havido diminuição relativa, porém considerada irrelevante. Por outro lado, para o Brasil, o indicador revela ampliação da concentração fundiária.

Tabela 2 – Índice de Gini da estrutura fundiária dos estados do Nordeste e do Brasil (2006/2017)

Estados	2006	2017
Maranhão	0,866	0,875
Piauí	0,856	0,85
Ceará	0,862	0,844
Rio G. do Norte	0,824	0,784
Paraíba	0,821	0,808
Pernambuco	0,825	0,797
Alagoas	0,871	0,855
Sergipe	0,822	0,805
Bahia	0,839	0,846
Brasil	0,856	0,86

Fonte: Gasques (2018).

Nota: O Índice de Gini varia de 0 a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior a concentração.

No que se refere à condição de produtor, 86,3% dos AFs pertencem à categoria de proprietários. Isso pode ser explicado pela longa tradição destas unidades, mesmo que o Censo mostre um novo quadro, face ao refinamento metodológico, como a categoria de concessionário ou assentado, aguardando titulação, que representou 5% do número de estabelecimentos em Sergipe (IBGE/SIDRA, 2019). Tal processo é resultado do significativo número de assentamentos da Reforma Agrária no Estado, somando 217 projetos, cuja concentração é maior nos

municípios localizados no semiárido, território com forte atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (CARVALHO; COSTA, 2019).

Ainda em relação à questão da terra, observa-se maior concentração em estabelecimentos de menor tamanho de área, situados nas faixas de 0 a 5 ha, representando 61,1% em relação ao total, como apresentado na Tabela 3. Esse aspecto é interessante, mas também preocupante, podendo ser explicado pelas mudanças na organização dessas unidades produtivas familiares: o tamanho exíguo poderia ser um vetor de abandono das atividades nos estabelecimentos de AFs, por serem economicamente inviáveis e certamente não atraírem como “empreendimento familiar” os filhos. Ou seja, a condição de proprietário não serviria como indutor de estabilidade no desenvolvimento rural, uma vez que o caráter patrimonialista não alteraria o quadro da possível diminuição em termos quantitativos dos AFs sergipanos nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos familiares de Sergipe por grupos de área total (2017)

Grupos de área	Número de estabelecimentos	% em relação ao total
De 0 a menos de 5 ha	44.009	61,1
De 5 a menos de 50 ha	25.347	35,1
De 50 a menos de 100 ha	1722	2,4
De 100 a menos de 200 ha	551	0,8
De 200 a menos de 500 ha	92	0,1
De 500 a menos de 1.000 ha	1	0
De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	-	-
De 10.000 ha e mais	-	-
Produtor sem área	338	0,5
Total	72.060	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Alguns aspectos referentes às técnicas e práticas agropecuárias adotadas nos estabele-

cimentos dos AFs também se somam aos limites anteriores. Por exemplo, o uso de adubação poderia ser melhor apresentado, na medida em que 38,2% dos estabelecimentos de AFs sequer utilizam essa técnica, o que evidencia fragilidade no processo de produção e no uso da terra de forma mais efetiva, visando ampliar os níveis de produtividade. E naqueles onde a adubação é efetivada, os estabelecimentos processam essa técnica com uso da adubação química, presentes em pouco mais de um terço das unidades familiares. Por outro lado, o uso da adubação orgânica é ainda baixo entre os estabelecimentos dos AFs, superando ligeiramente 10% (IBGE/SIDRA, 2019).

Na linha da conservação do solo, no contexto das práticas agrícolas, o quadro é desanimador, visto que tais práticas não são comuns entre os AFs, devido ao seu desconhecimento (ou indiferença) em relação ao processo. Dentre as práticas de conservação observadas, destacam-se a rotação de cultura (presentes em 15,4% dos estabelecimentos agropecuários), bem como a prática do pousio ou descanso de solos (em 21,6% dos estabelecimentos), técnicas tradicionais decorrentes da experiência acumulada e não necessariamente assimiladas pelo acesso à orientação ou assistência técnica. Por outro lado, as práticas mais aperfeiçoadas de preservação e recuperação dos solos nas áreas de AF, tais como a proteção de encostas (presente em apenas 590 estabelecimentos), recuperação da mata ciliar (195), reflorestamento para proteção de nascentes (118), estabilização de voçorocas (54) e manejo florestal (171) são inexpressivas, talvez em função do reduzido tamanho das unidades agrícolas, que inviabiliza essas práticas ou pela ausência quase que absoluta da ATER nesses estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019)

No que tange ao uso de defensivos agrícolas, observa-se que tal prática não é universal nos estabelecimentos da AF sergipanos, conforme os dados apresentados pelo Censo Agropecuário em questão. De fato, do universo de produtores da categoria somente 29,2% deles fazem uso regular de agrotóxicos, portanto, pequena parcela, mas que empareda determinadas versões de “envenenamento” dos estabelecimentos agropecuários familiares. E a questão não estaria apenas entre os estabelecimentos da AF, mas também naqueles considerados como não

familiares (apenas 6,3% desses estabelecimentos utilizaram agrotóxicos, em relação ao total), conforme IBGE/SIDRA (2019). Na mesma linha, relaciona-se ao insignificante uso da agricultura orgânica entre os estabelecimentos, tanto familiares como não familiares. Isso porque apenas 980 desses estabelecimentos entre os AFs e 225 entre os não familiares cultivam produtos orgânicos, mostrando sua reduzida importância, sendo que entre os AFs, isso representou inexpressivos 1,3% em relação ao total dos estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Sobre as características dos produtores, um importante indicador são as chamadas relações de parentesco entre os AFs, no que se refere à finalidade principal da produção. Dentre os estabelecimentos nos quais ocorre essa relação de parentesco, 13,9% destinam a produção ao consumo próprio, enquanto que 86,1% a comercializam. Esses indicadores consolidam um processo já observado em Sergipe, ou seja, a estratégia dos AFs de desenvolverem atividades agropecuárias com o objetivo de comercialização dos produtos, mesmo submetendo-se a problemas decorrentes do processo de intermediação e da fragilidade de cooperativas e outras entidades. Estes dois fatores limitam o maior alcance dos produtos gerados pelos AFs sergipanos.

3 PERFIL DOS CHEFES DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS

No que diz respeito aos chefes das unidades familiares, um primeiro indicador relaciona-se com um padrão tradicional observado no Nordeste em relação ao local de residência: em sua maioria os AFs (60,9%) residem nos estabelecimentos (Tabela 4). Por outro lado, observa-se a combinação entre a residência rural dominada pelos mais velhos e os seus descendentes, onde uma parcela certamente não mais deseja a continuidade desse sistema de produção com base na gestão familiar. Essa questão pode ser melhor compreendida quando esses agricultores familiares são segmentados por grupos de área, por mostrar mais um indicador relevante: os residentes nos estabelecimentos são justamente aqueles que se enquadram nos menores grupos de área (até 5 ha) e, portanto, apesar de serem em sua maioria proprietários dos estabeleci-

mentos, o tamanho reduzido das propriedades opera como “indicador negativo”, necessitando de uma abordagem mais empírica para confirmar tal afirmação.

Tabela 4 – Local de residência dos agricultores familiares de Sergipe por grupos de área total (2017)

Grupos de área (Em ha)	Estabelecimentos (Quantidade)	%	Em outro local	%
De 0 a menos de 1	13.834	31,7	5.927	20,9
De 1 a menos de 2	6.548	15,0	3.742	13,2
De 2 a menos de 5	8.103	18,5	5.855	20,6
De 5 a menos de 10	5.635	12,9	4.499	15,9
De 10 a menos de 20 ha	4.946	11,3	3.576	12,6
De 20 a menos de 50 ha	3.575	8,2	3.116	11,0
De 50 a menos de 100 ha	736	1,7	986	3,5
Acima de 100	234	0,5	410	1,4
Produtor sem área	76	0,2	262	0,9
Total	43.687	100,0	28.373	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Quando aos grupos de idade dos responsáveis pelos 72.060 estabelecimentos da AF enquadrados pelo Censo Agropecuário de 2017 em Sergipe, 51,3% estão sob a gestão de produtores(as) com idade acima de 55 anos (Tabela 5). Tal contexto, constitui-se uma tendência de ampliação da faixa etária dos mais velhos para os próximos anos, na medida em que 46,7% dos estabelecimentos estão sob a gestão de AFs enquadrados nos grupos de idade acima de 25 e menos de 55 anos de idade. Isso configura nitidamente a tendência de envelhecimento dos gestores das unidades familiares. Simultaneamente, pode-se pensar que tal envelhecimento seja também consequência da abdicação dos jovens de assumir o comando de tais estabelecimentos, preferindo buscar alternativas de trabalho, na medida em que apenas 2% dos estabelecimentos estão sob a gestão de AFs menores de 25 anos. E, cer-

tamente, a continuidade em atividades de baixo rendimento não seria a opção mais viável em curto e médio prazo.

Considera-se, também, que parte expressiva dos jovens AFs com idade inferior a 25 anos pode já estar atuando em atividades não agrícolas, visto que tais atividades, como mostram alguns estudos, podem gerar renda superior à da extraída na unidade da AF (ALVES; VALENTE JUNIOR; BRAINER, 2006; CARNEIRO, 2008). Da mesma forma, grande número de filhos dos AFs já se desvinculou por completo das atividades produtivas do campo como fonte principal da renda. Assim, os dados possibilitam essa leitura um tanto preocupante em relação ao futuro da AF em Sergipe, necessitando evidentemente de estudos mais detalhados para entender esse complexo quadro sociodemográfico.

Tabela 5 – Distribuição dos agricultores familiares de Sergipe por grupo de Idade (2017)

Grupos de idades	Número absoluto	% em relação ao total
Menor de 25 anos	1.466	2
De 25 a menos de 35 anos	5.845	8,1
De 35 a menos de 45 anos	11.953	16,6
De 45 a menos de 55 anos	15.784	22
De 55 a menos de 65 anos	16.475	22,8
De 65 a menos de 75 anos	13.558	18,8
De 75 anos e mais	6.979	9,7
Total	72.060	100

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Já no que tange ao nível de escolaridade dos AFs sergipanos como um indicador que, certamente, pode ser inferido em praticamente todos os estados nordestinos, tem-se uma simples constatação: a baixa escolaridade, como evidência a Tabela 6. Com efeito, os dados confirmam a continuidade da tragédia educacional rural, observada em quatro classes “negativas” (nunca frequentou escola, classe de alfabetização, antigo primário e regular do ensino do primeiro grau) que somaram conjuntamente 82,7%

entre os chefes dos estabelecimentos familiares, demonstrando que efetivamente ainda há muito o que fazer e a questão certamente impacta entre os descendentes.

Tabela 6 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares do Estado de Sergipe (2017)

Escolaridade	Estabelecimentos	
	Número	%
Nunca frequentou escola	18.491	25,7
Classe de alfabetização - CA	15.567	21,6
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	1.169	1,6
Antigo primário (elementar)	9.780	13,6
Antigo ginásial (médio 1º ciclo)	2.652	3,7
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	15.778	21,9
EJA e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	167	0,2
Antigo científico, clássico, etc. (médio 2º ciclo)	243	0,3
Regular de ensino médio ou 2º grau	6.225	8,6
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	477	0,7
EJA e supletivo do ensino médio ou do 2º grau	101	0,1
Superior - graduação	1.384	1,9
Mestrado ou doutorado	26	0,0
Total	72.060	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda no que concerne às características dos AFs, alguns indicadores praticamente confirmam o esperado. Um deles se relaciona com o sexo do produtor, sendo evidente o domínio dos homens na gestão das propriedades, representando 75,8%. Ressalte-se que não se deve desprezar os 24,2% de mulheres como gestoras das unidades produtivas, pois, apesar de serem minoria, em termos absolutos elas têm importância entre os estabelecimentos agropecuários (quase 18 mil na categoria de AFs, ou seja, um em cada quatro estabelecimentos agropecuários está sob a gestão de uma mulher). Por sua vez, em relação à cor e raça do produtor, entre os

AFs sergipanos, predomina a cor parda, representando pouco mais de 60% do total, seguida da cor branca e da preta, com 26,7% e 10,5%, respectivamente, dos produtores (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro traço marcante dos AFs estudados é o limitado acesso à assistência técnica, problema que se arrasta por décadas e com tendência de agravar o quadro no futuro próximo. Inicialmente, destaca-se a ATER pública, que se apresenta inexpressiva e de baixa eficiência no que se refere ao apoio às unidades familiares, alcançando somente 6% delas, de acordo com o Censo Agropecuário 2017. Somando-se o apoio estatal com o de outras instituições/entidades, as ações de ATER em Sergipe alcançam meros 8% dos estabelecimentos familiares, concentrando-se em estabelecimentos com área de 5 a 49 hectares (IBGE/SIDRA, 2019).

Da mesma forma que o aspecto anterior, também se nota um baixo nível de organização coletiva entre os produtores familiares, reproduzindo o trágico quadro nordestino em função do reduzido interesse em se filiar ou associar a entidades ou ainda estar envolvido em movimentos sociais organizados. Nesse sentido, os dados revelam que insignificante 1,6% desta categoria é sócio das cooperativas, 6,3% estão ligados aos movimentos dos produtores e 5,9% pertencem a associações de moradores. O destaque, naturalmente, está nas filiações aos sindicatos dos trabalhadores rurais, mas ainda assim de pouco alcance, representando apenas 23% do universo de agricultores recenseados (IBGE/SIDRA, 2019).

4 PESSOAL OCUPADO

Em relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos dos AFs em Sergipe, os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram um quadro que certamente é observado também nas demais unidades político-administrativas do Nordeste: existem variações, tanto entre os próprios AFs quanto entre os contratados diretamente, tanto temporal como permanentemente. Para ilustrar esse argumento, a Tabela 7 apresenta o contingente de pessoal ocupado por estabelecimentos agropecuários em valores absolutos. Nela, se observa o predomínio de mão de obra ocupada

nas unidades familiares de produção (171.239 ou 73,1% do total), demonstrando sua importância como segmento do meio rural sergipano. Por outro lado, o setor patronal responde por 26,9% das 234.161 pessoas que estavam ocupadas nos estabelecimentos agropecuários em 2017.

Tabela 7 – Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do Estado de Sergipe (2017)

Tipo de Agricultura	Pessoal ocupado	
	Número	Em %
Familiar	171.239	73,1
Não Familiar	62.922	26,9
Total	234.161	100,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Ainda detalhando o pessoal ocupado nos estabelecimentos dos AFs, constata-se que em sua essência são “realmente familiares”, na medida em que todos os estabelecimentos operam com atores que possuem laços de parentesco. A exceção é 17,8% do total das unidades familiares recenseadas, onde predominam relações de trabalho fora do vínculo de parentesco, situação explicada não pela presença de pessoal ocupado de forma permanente, mas principalmente pela contabilização de pessoal que executa tarefas em contratos temporários (IBGE/SIDRA, 2019).

No total geral do pessoal ocupado no Estado de Sergipe, aumentou de 6,8% em relação ao censo anterior e que aparentemente desmonta determinada versão do esvaziamento demográfico rural. Entretanto, em relação ao pessoal ocupado com laço de parentesco nos estabelecimentos dos AFs, o quadro é diferente: houve diminuição substancial nessas unidades familiares (menos 35,2%), acompanhando a redução do número de estabelecimentos agropecuários (menos 20,2%).

Comparativamente ao Censo 2006, os dados aqui analisados mostram alta do trabalho temporário entre os AFs em Sergipe, expandido em 62%, processo relacionado com a diminuição dos AFs que possuem laços de parentesco e me-

nor número de estabelecimentos. A ampliação do trabalho temporário relaciona-se também com o processo de envelhecimento dos AFs e concretamente com a necessidade de contratação dessa categoria de trabalhador rural. Isso se soma à redução da participação dos filhos nessas atividades e que, certamente, mudará o quadro demográfico rural sergipano nos próximos anos e décadas.

Um segundo aspecto revelado na comparação entre ambos os censos, diz respeito aos “sem laço de parentesco”. A queda acentuada da mão de obra (-40,7%), reforça a concepção de que o trabalho familiar no estabelecimento está atenuando, ao lado do afastamento de atores sem qualquer vínculo familiar (IBGE/SIDRA, 2019). Infelizmente, os dados evidenciam um quadro preocupante de perda da importância social da AF no estado de Sergipe, mesmo que ainda apresente um contingente de pessoal ocupado superior ao daquele observado no Censo de 2006 entre os estabelecimentos familiares e não familiares.

Essa queda em importância pode estar relacionada também com a irrelevância do papel da intermediação no processo de contratação de pessoal na AF, visto que 81,1% não realizaram esse acordo de vontades, até pela diminuição quantitativa de atores sociais-trabalhadores e de estabelecimentos. Mas naqueles estabelecimentos nos quais o intermediador atuou, 53% das contratações executadas se voltaram à atividade pecuária e 31,8% à lavoura temporária. Importante observar que a lavoura permanente não é tão relevante como atividade recrutadora de pessoal para a agricultura, por exemplo, porque só se contrata no período de colheitas (IBGE/SIDRA, 2019).

Analisando a questão do pessoal ocupado, sem levar em consideração o papel da intermediação, mas o número de estabelecimentos, o trabalho em unidades familiares esteve concentrado nas atividades da pecuária bovina e na criação de outros animais (51,6%), ao passo que 27,7% desses estabelecimentos contaram com pessoal ocupado no desenvolvimento das lavouras temporárias. Esse quadro é reproduzido também pelo número do pessoal que opera nessas unidades familiares, sendo a pecuária a que concentra mais trabalhadores (52,1% do

total do pessoal ocupado), seguida das lavouras temporárias com 28,5% em relação ao total (IBGE/SIDRA, 2019).

Na perspectiva dos dias trabalhados anualmente, por número de estabelecimentos, 91,8% das unidades familiares operam com pessoal ocupado por 180 dias ou mais, evidenciado pelo domínio do trabalho familiar e da participação relativa dos estabelecimentos que operam com contratos abaixo de 90 dias: são trabalhos temporários (presentes em 33,5% desses estabelecimentos). Em número de pessoal ocupado, os dias trabalhados de 180 dias ou mais representou 66,5% do contingente e 26,2% em trabalhos executados em menos de 90 dias, em nada alterando a prevalência familiar como meio de realização do trabalho nos estabelecimentos (IBGE/SIDRA, 2019).

Por conseguinte, o que se observa em termos de pessoal ocupado é o declínio dos AFs sergipanos, embora o segmento ainda gere ocupações produtivas para mais de 170 mil pessoas. Esse declínio ocorre devido às questões de natureza não apenas econômicas, mas em função da percepção dos descendentes desses agricultores que não mais a enxergam como atividade eficaz de geração de trabalho e renda (LOPES et al., 2007). Daí o uso de novas estratégias de sobrevivência fortalecidas, por exemplo, pela oferta e capilaridade da educação básica e superior facilmente acessível e da possibilidade de viver em outro “mundo do trabalho”, necessariamente não agrícola, diferente do tradicional trabalho rural familiar. Apesar desse quadro já em processo, paradoxalmente não existe interesse no desfazimento patrimonial da unidade familiar que permanece sob a gestão dos genitores, cada vez mais idosos.

5 ACESSO A MEIOS DE TRANSPORTE E TECNOLOGIAS

Os meios de transporte e a inserção de tecnologias no processo de produção nas unidades dos AFs sergipanos têm sido caracterizados por um quadro de mudanças parciais, a exemplo da adubação química, ainda inexpressiva, e do inexistente apoio da ATER. Entretanto, novos dados devem ser inseridos para entender os chamados “processos de modernização e inovação

tecnológica”. Ainda assim, essa inserção é limitada, com pouco alcance nos estabelecimentos familiares.

Nesse contexto, destacam-se aqui alguns indicadores relevantes associados ao acesso a motocicletas, automóveis, tratores e implementos agrícolas. Isso indica mudanças nas últimas décadas no que se refere aos meios de transportes utilizados pelos AFs, particularmente para uso individual. O transporte com uso de animais, principalmente equinos, praticamente desapareceu em Sergipe, sendo substituído, em sua maioria pelas motocicletas, que se tornou um meio de transporte importante entre os agricultores familiares do Estado. Essa mudança é mostrada nos dados do Censo Agropecuário 2017. Entretanto, apesar desse quadro, apenas 20,6% dos estabelecimentos de AFs contam com a presença das motocicletas. Ou seja, entre aqueles estabelecimentos com veículos (caminhões, automóveis, utilitários e motocicletas), esse veículo individual motorizado de baixo consumo de combustível representou 71,2% do total (IBGE/SIDRA, 2019). Tais dados revelam, portanto, que a presença das motocicletas entre os AFs ainda tem um longo caminho a percorrer, apesar da evolução observada.

Outro aspecto interessante em relação ao uso da motocicleta no meio rural, é que esse meio de transporte funciona também como alternativa para ampliar a renda familiar. Um exemplo é a presença dos chamados “moto-taxistas”, comuns em algumas cidades do interior de Sergipe. No caso da cidade de Itabaiana, localizada na região do agreste estadual, Carvalho e Costa (2012) identificaram agricultores, ou ex-agricultores com vínculos no meio rural, que utilizam a motocicleta como meio de transporte próprio, mas também como transporte de passageiros. Conforme os autores, os trabalhadores do serviço de moto-táxi não abandonaram a vida rural. Na verdade, eles optam por cultivar a terra no inverno e no verão complementam a renda exercendo a atividade de moto-taxista.

Quanto aos demais meios de transporte (automóveis, caminhões e veículos utilitários), os números por unidade são inexpressivos nos estabelecimentos familiares sergipanos, apesar de mais numerosos em relação aos estabelecimentos não familiares, a exceção dos caminhões

(Tabela 8). Os dados sinalizam, de certa forma, a importância da AF no Estado em relação aos diversos usos dos meios de transporte.

Tabela 8 – Número de automóveis, caminhões e utilitários nos estabelecimentos agropecuários Familiares e Não Familiares de Sergipe (2017)

Veículos	Número de veículos	
	Familiares	Não familiares
Automóveis	1.484	922
Caminhões	378	566
Utilitários	989	723

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

No que se refere a tratores e implementos agrícolas, a importância da AF sergipana é determinante. Os estabelecimentos classificados como da AF agregam 53,8% do total dos estabelecimentos com tratores no Estado. Outro aspecto interessante relaciona-se com a frota de tratores existentes nos estabelecimentos da AF, quando, presumidamente ela estaria concentrada em unidades não familiares. Efetivamente, esse fenômeno existe em Sergipe, mas o número de tratores presentes das unidades da AF representa 44,4% do número total desse tipo de máquina existente no campo, sendo, portanto, importante na participação da frota estadual. Em termos práticos, a presença de um trator em uma unidade produtiva familiar representa dois fenômenos comuns em Sergipe, podendo ser estendido a outros estados do Nordeste: a possibilidade da locação para outros agricultores familiares, socializando o produto e servindo como renda extra ao proprietário do bem móvel; e o uso comum entre os AFs, podendo ser gerenciado por entidades cooperativas ou sob a responsabilidade das prefeituras municipais.

No mesmo sentido, observa-se a existência de semeadeiras/plantadeiras e colheitadeiras entre os AFs, mas com participação insignificante, com pouco alcance, tanto em número de estabelecimentos, como também na frota estadual. Nessa linha, a frota das semeadeiras/plantadeiras nos estabelecimentos da AF soma apenas 615 unidades, e em termos de colheita-

deiras, com 258 unidades. Números inexpressivos considerando que existem no Estado mais de 70 mil estabelecimentos considerados como de AF (IBGE/SIDRA, 2019).

6 PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

6.1 Pecuária

A atividade pecuária nos estabelecimentos familiares em Sergipe integra um processo socioeconômico de “longa duração”. Ainda que as unidades de produção sejam relativamente pequenas, a pecuária tem grande relevância na constituição da renda familiar desses agricultores. E os números do Censo Agropecuário 2017 reforçam a assertiva. Destacam-se as criações de bovinos, ovinos, caprinos e o desenvolvimento da avicultura.

Na Tabela 9 se observa a relevância das cinco criações majoritariamente presentes nos estabelecimentos, bem como o seu papel estratégico na consolidação dos pequenos agricultores. A exceção dos ovinos e caprinos, as criações nos estabelecimentos familiares superam 80% do total das criações do Estado, inferindo que a pecuária ainda permanece como atividade central no desenvolvimento da unidade de produção familiar sergipana.

Tabela 9 – Participação da agricultura familiar nos principais rebanhos da pecuária sergipana (2017)

Criações	Estabelecimentos		
	Total	Familiares	%
Bovinos	41.993	33.682	80,2
Caprinos	1.816	1.410	77,6
Ovinos	10.723	8.390	78,2
Suínos	7.065	5.879	83,2
Galinhas, galos, frangos e pintos	35.787	28.950	80,9

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Note-se que a alta participação do gado bovino nos estabelecimentos familiares pode ser

explicada pelo aspecto tradicional no uso do rebanho como ativo. A criação de bovinos se concentra em estabelecimentos que agregam área na faixa de 5 a 50 ha, que, pelos padrões das unidades dos AFs em Sergipe, podem ser enquadradas como “médios estabelecimentos”. Nessa classe, o rebanho bovino representa 59,3% em número de cabeças e 56,1% em número dos estabelecimentos agropecuários enquadrados como de AFs (IBGE/SIDRA, 2019).

Outro aspecto interessante da atividade criatória sergipana relaciona-se ao seu desenvolvimento no território do semiárido estadual, com a presença dominante dos rebanhos bovinos, caprinos e ovinos, não apenas pelo aspecto de criações tipicamente tradicionais, mas da introdução de mecanismos que podem ser considerados como “modernos”. Porém, os problemas associados à escassez hídrica continuam sendo determinantes na área estudada. Conforme esclarece Rocha (2017, p. 182): “[...] a disponibilidade e os usos da água no Estado de Sergipe, particularmente na Região Semiárida, continuam a ser uma questão crucial no que concerne ao desenvolvimento dessa localidade”. Para tentar conviver com as adversidades do meio ambiente e melhorar o desempenho dos rebanhos, tem crescido o uso da palma forrageira como principal fonte de alimentos para os animais, bem como a inserção da inseminação artificial como uma das técnicas mais difundidas na região.

Importante relatar que as cinco atividades pecuárias destacadas na Tabela 9, além de tradicionais entre os AFs, são as mais relevantes no Estado, mesmo com problemas de natureza produtiva, devido ao baixo nível tecnológico do processo de produção. Além disso, a criação de bovinos emerge como componente simbólico entre os produtores familiares de todas as faixas de tamanho, na medida em que se articula não apenas para “criar e vender” para matadouros locais, mas também para o autoconsumo, como é o caso do leite, que, nos últimos anos, tem tido sua produção ampliada face à constituição de duas cadeias produtivas.

A primeira cadeia produtiva relaciona-se com as chamadas “fabriquetas de queijo” pulverizadas às dezenas no território do sertão sergipano e que imprime um processo tradicional de articulação com os produtores de leite de base familiar. Nos anos mais recentes, contu-

do, tem mudado esse padrão face às exigências sanitárias e a inserção de componentes tecnológicos no processo de produção, aumentando, de certa forma, a produtividade dessas unidades de fabricação artesanal do queijo e derivados. É evidente que a relação é assimétrica em detrimento dos pequenos produtores de leite cru.

Já a segunda cadeia produtiva tem como base a integração com grandes unidades beneficiadoras/processadoras instaladas no Estado, onde praticamente dominam o pequeno mercado interno, porém priorizando a exportação inter-regional dos produtos derivados do leite. A conhecida desorganização social dos produtores (não há uma cooperativa de pequenos produtores de leite no Estado) e a força econômico-financeira dessas empresas, observada na constituição assimétrica dos preços, praticamente subordina individualmente os pequenos produtores familiares no fornecimento da matéria-prima.

Como perspectiva, auferese que a economia rural sergipana para os próximos anos tem na pecuária o segmento mais importante, que, ao lado do agronegócio do milho, forma a estrutura econômica do meio rural do Estado. Da mesma forma, pode-se particularizar a questão do leite de vaca como a principal estratégia, pela forte capilaridade nos mercados locais, servindo como principal indutor na melhoria das condições de vida dos AFs sergipanos, sendo de maior impacto nos residentes do território do sertão¹.

Diante do exposto, fica evidente o avanço e a importância da pecuária bovina estadual e o papel econômico que exerce para várias unidades familiares de produção, pela agregação de renda, apesar dos problemas mencionados. Ademais, essa produção abre outras perspectivas regionais em Sergipe, como a polarização de municípios produtores, comercializadores e distribuidores do leite em diversas escalas mercantis e espaciais.

6.2 Lavouras

A referência às lavouras entre os agricultores familiares de Sergipe ganha importância na di-

versificação produtiva, mesmo com pouco destaque quando comparadas à atividade da pecuária tradicional familiar. A análise dos produtos agrícolas que geraram maior efeito no meio rural em Sergipe, parte da prévia observação do que foi produzido nos últimos anos, face à ascensão de especificidades no interregno entre os censos agropecuários do IBGE, como a Grande Seca de 2012 a 2017 (ROCHA, 2017). Essa combinação permitiu a classificação dessas culturas na nomenclatura conhecida, ou seja, lavouras temporárias e permanentes. Em número de estabelecimentos agropecuários, o Censo Agropecuário 2017 revela que 90% desenvolveram atividades relacionadas às lavouras temporárias e dessas, 73,2% são da AF. Para verificar o peso do segmento, na Tabela 10 estão representadas, em termos absolutos, as quantidades produzidas de boa parte das lavouras temporárias cultivadas em Sergipe, fazendo comparação entre os estabelecimentos da AF e da Não AF, bem como do percentual do que foi cultivado nas unidades familiares em relação ao total. Foram escolhidas onze lavouras e, destas, seis tiveram participação acima de 80% nas unidades familiares, e dez com mais de 50% em quantidade produzida. Como esperado, a cana-de-açúcar teve maior participação nas unidades não familiares, sendo insignificante a participação nas unidades familiares nessa cultura típica de grandes unidades de produção.

Quanto ao valor da produção das lavouras temporárias, a agricultura familiar se destaca, sendo responsável por 50,7% do total. No entanto, registra diminuição relativa de 42,9% no valor da venda, processo explicado pela menor capacidade desses agricultores estabelecerem preços para venda (IBGE/SIDRA, 2019). Ainda assim, essa participação é significativa em um segmento em que o domínio das unidades não familiares presumidamente é determinante.

No que tange às lavouras permanentes, considerando nos dados do Censo 2017 (IBGE/SIDRA, 2019) apenas as plantações com 50 pés ou mais, destacam-se como as mais importantes e tradicionais no Estado, as seguintes: acerola, caju (fruto), coco-da-baía, laranja e maracujá. Entre elas, os estabelecimentos dos AFs representam 74% dentre aqueles que cultivam acerola, 64% dos que produzem o fruto do caju, 71,6% dos que agricultam o tradicional coco-

1 Ordenamento Territorial estabelecida pelo Governo do Estado de Sergipe em meados da primeira década dos anos 2000, para fins de planejamento. Para maiores detalhes, ver: <https://infonet.com.br/noticias/economia/governo-divide-o-estado-em-oito-areas-para-estabelecer-planejamento/>. Acesso em 03/04/2020.

-da-baía, 75,7% e 75,3% dos estabelecimentos que cultivam laranja e maracujá, respectivamente. Quanto à área colhida das lavouras permanentes e em relação ao total cultivado,

os estabelecimentos da AF representam 43,0%, mas se destacam basicamente em três culturas: acerola (70,0%), laranja (48,8%) e maracujá (67,3%).

Tabela 10 – Quantidade produzida (em toneladas e mil frutos) pelas lavouras temporárias de Sergipe entre os estabelecimentos familiares e não familiares e participação (%) dos AFs em relação ao total

Lavouras temporárias	Quantidade Produzida (em ton. mil frutos), por tipologia		Participação dos AFs em relação ao total produzido (em %)
	Agricultores Familiares	Agricultores Não Familiares	
Abacaxi	6.246	850	88,0
Abóbora	2.618	1.983	59,9
Amendoim em casca	1.162	232	83,6
Arroz em casca	23.824	2.669	89,9
Cana-de-açúcar	73.283	1.721.462	4,1
Feijão em cor	2.452	478	83,7
Feijão verde	887	153	85,3
Mandioca	66.202	16.501	80,0
Milho em grão	83.438	74.143	52,9
Milho forrageiro	595.035	361.604	62,2
Palma forrageira	276.644	102.171	73,0

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Na mesma direção, relaciona-se a quantidade produzida e o valor vendido de algumas das lavouras permanentes, observando simetrias desses dois indicadores na medida em que os AFs apresentam a mesma participação em relação ao total. Como observado, a acerola representa em torno de 70% na quantidade produzida e no valor vendido, a laranja 39% e o maracujá 74%. Quanto ao coco-da-baía, a lavoura sempre teve pouca importância entre os AFs, fato explicado por ser uma cultura que requer maiores áreas plantadas, além de estar em rápida decadência em Sergipe. Em síntese, os dados do Censo Agropecuário 2017 atestam que em relação às lavouras permanentes cultivadas nas unidades familiares, existe produtividade, mas as unidades produtivas não se dedicam apenas a esse segmento, optando assim, por maior diversificação frente à geração de renda.

7 ACESSO A CRÉDITO E RECEITAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Quanto à movimentação financeira, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam um aspecto também preocupante, sugerindo que a boa difusão da política de crédito voltada para a AF em Sergipe, na verdade, é uma quimera. É inconcebível que uma política consolidada como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ainda não tenha capilaridade universal no Estado². Talvez não se tenha, pelas estatísticas apresentadas, a real dimensão da importância dessa política, na medida em que os dados produzidos foram co-

2 Uma das principais contribuições para entender a realidade do Pronaf em Sergipe, é a de Carvalho (2018), em seu livro intitulado *Trajatória do Pronaf em Sergipe: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais, ao trabalhar numa abordagem geográfica, a espacialização dessa política de crédito.*

letados dentro do período de referência de 01 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Portanto, um ano completo, cujos dados rebaitem nas operações de crédito, levando em consideração a proporção em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários.

No período de realização do Censo Agropecuário 2017, foram detectados pouco mais de oito mil estabelecimentos agropecuários que realizaram operações de crédito, representando insignificantes 11,4% do total dos estabelecimentos de AF em Sergipe. Entretanto, o dado compreendeu esse período de referência de 12 meses. Mesmo assim, os valores são irrisórios, colocando uma questão central para a realidade sergipana: ainda não se tem a universalização do financiamento para a AF, ou seja, a sua capilaridade ainda precisa ser ampliada. Isso pode ser explicado por fatores que transcendem os dados em tela, como por exemplo, a fragilidade da simetria de informações ou da persistência da inadimplência tradicional. Porém, o mais grave relaciona-se ao financiamento do Grupo B do Pronaf, que representou inexpressivos 7,7% dos estabelecimentos da AF como um todo.

Retomando a análise a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017, dos 72.060 estabelecimentos da AF que realizaram operações de crédito, a finalidade do financiamento dominante concentrou-se em investimentos, com 67% entre os tomadores de crédito, seguido dos financiamentos de custeio (42%). A comercialização, como esperado, esteve presente em insignificantes 2,6% entre os estabelecimentos da AF em Sergipe (IBGE/SIDRA, 2019). No que se refere ao Pronaf B, que abrange os AFs com renda até R\$ 20 mil, os investimentos representaram apenas 47% e o custeio 25,3% em relação ao total dos estabelecimentos agropecuários da AF, mostrando também a reduzida capilaridade dessa política de crédito no Estado. Quanto ao Pronaf Variável, que inclui os AFs com renda acima de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil, os dados demonstram também suas limitações, com apenas 19,7% concentrados nos investimentos e 16,5% no segmento custeio.

Assim, em relação ao tipo de produção e seus respectivos valores – animal e vegetal – o financiamento da AF, de forma particular, do Pronaf B, como esperado, ficou concentrado

no segmento animal. Na AF em geral, o financiamento na criação animal representou 61,4% e no segmento do Pronaf do grupo B, 54,1%. Quanto ao Pronaf Variável, o quadro permanece como as demais modalidades de financiamento, com 64% do montante voltado à atividade criação animal.

Finalmente, cabe destacar as receitas obtidas pelos AFs, pelos pronafianos do Grupo B e do Variável. Nas três categorias, as receitas auferidas foram realizadas diretamente na produção desses estabelecimentos, excluindo aquelas geradas por outras formas de receita: 95,1% entre os AFs, 93,4% entre pronafianos do Grupo B e 95,9% entre os do Variável. Em relação às despesas, a AF, pelo tipo, destacou-se na compra de rações e suplementos; custos com combustíveis, adubos e corretivos; e a aquisição de animais, este último um fenômeno comum entre os AFs em Sergipe. Na classe de AF enquadrado no Pronaf Grupo B, as despesas estão concentradas na compra de rações e suplementos, além de combustíveis e lubrificantes, salários pagos e “naturalmente” na aquisição de animais, mas que não seria o tipo de despesa efetivamente dominante (IBGE/SIDRA, 2019).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto em tela esboça, sucintamente, alguns elementos relevantes do quadro da agricultura familiar em Sergipe a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. Os resultados apresentam um cenário preocupante, na medida em que está havendo diminuição do número de estabelecimentos agropecuários e de sua área de produção. Tal fato reflete uma perda na produção. Contudo, os dados demonstram ampliação e diversificação, mesmo quando há intenção à especialização produtiva, como na porção sertaneja do Estado, com a produção do leite de vaca e do cultivo da palma forrageira, voltada à produção pecuária e, por conseguinte, à indústria de laticínios.

Quanto à modernização, as características evidenciadas nos dados censitários da Agricultura Familiar revelam um processo que ainda não foi alcançado. O trabalho realizado pelos AFs é impactado pelos seguintes aspectos: práticas tradicionais de produção, velhos pro-

blemas de comercialização de seus produtos e baixo nível de organização, representado pelo insignificante número de produtores associados a cooperativas (0,22%). Apesar de alguns indicadores integrarem a esperada “modernização da AF”, podemos facilmente identificar o AF sergipano como tradicional, ao tempo que enfrenta indicadores vinculados à baixa produtividade e pouca renda na base familiar, dependente de fontes financeiras não agrícolas. Desse modo, essas seriam as principais vulnerabilidades socioeconômicas dos AFs.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma proposta mais focada em estratégias de modernização da agricultura familiar em Sergipe seria uma alternativa de curto e médio prazos visando à superação dos gargalos observados a partir dos dados do Censo de 2017. Tal proposta priorizaria aspectos relacionados ao processo de comercialização, à inovação tecnológica e à organização, com intuito de fortalecer as institucionalidades vinculadas à agricultura familiar, como sindicatos, associações de base rural e, principalmente, as cooperativas articuladas, a exemplo das práticas da economia solidária.

A maior capilaridade da política de crédito, tão necessária, poderia concretizar-se por meio do uso, por exemplo, de mecanismos articulados pelas relações de proximidade, como é o caso da metodologia do Agroamigo, executada pelo Banco do Nordeste do Brasil, a principal tecnologia financeira, com resultados importantes, mas que precisa ser ampliada, e mais importante, oferecer regularidade nas operações de crédito destinadas aos AFs sergipanos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A.S.; BRAINER, M. S. de C. P. **Pluriatividade no espaço rural do polo Baixo Jaguaribe**, Ceará. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006 (Série Documentos do Etene, 11).
- BNB. Caderno Gerencial Pronaf 2017. Disponível em: https://www.bnb.gov.br/documents/%20165130/5283983/RelatorioGerencialPRONAF_2017.pdf/9be18416-236a-35b7-6ec1-227c8d2151ca. Acesso em: 10 mai. 2020.
- BRITO, V. de A. **Efeitos socioeconômicos do agroamigo**: uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar no estado de Sergipe. São Cristóvão/SE: Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal de Sergipe. 2017. (Tese de Doutorado).
- CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008 (Série Documentos do Etene, 22).
- CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. **A geografia (des)conhecida de Itabaiana/SE**. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe. 2012.
- CARVALHO, D. M. de. **Trajatórias do Pronaf em Sergipe**: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe. 2018.
- CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da. O espaço rural sergipano: políticas públicas, desenvolvimento e agricultura familiar. In: CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. da; MENDES, M. A. **Aspectos do mundo rural e do desenvolvimento rural no Nordeste**. São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2019.
- GASQUES, J. G. **O que revelam os dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre o Nordeste**. (Aula Magna do XIII SOBER NORDESTE, Juazeiro/BA), 2018.
- GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste**: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília/Rio de Janeiro. MDA/MPOG, 2009.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em 31/03/2020.

LACERDA, R. **Economia Sergipana Contemporânea.** São Cristóvão/SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2012.

LACERDA, R. Sergipe no Século XXI: expansão, crise e reposicionamento da estratégia de desenvolvimento econômico. **BNB Conjuntura Econômica - Edição Especial 2019.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/6034753/2019_CJES_23.pdf/7a681278-df3c-2ae2-3899-207a22e94b31>. Acesso em: 08 maio 2020.

LOPES, E. S. et. al. **Impactos do Pronaf B nos Municípios de São Cristóvão e Itabaiana, Estado de Sergipe:** Para além da dimensão econômica. 2007. (Relatório de pesquisa).

MENEZES, S. S. M. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Revista Ateliê Geográfico.** Goiânia/GO, v. 8, n. 2, 2014. p. 274-289. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/issue/view/1448>. Acesso em: 08 maio 2020.

OLIVEIRA, E. R. S. S. **Expansão da produção do milho no estado de Sergipe e sua interface com a agricultura familiar.** São Cristóvão: PPGEO/Universidade Federal de Sergipe. (Tese de Doutorado). 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11439>. Acesso em: 15 abr. 2020.

PASSOS SUBRINHO, J. M. **História econômica de Sergipe (1850-1930).** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1985.

ROCHA, A. F. Panorama da seca no Estado de Sergipe: Impactos e ações de enfrentamento. **Parcerias Estratégicas.** Brasília, v. 22, n. 44, p. 181-200, Jan-Jun, 2017.

VARGAS, M. A. M. Festas patrimônios: os ciclos juninos e natalino. **Revista Ateliê Geográfico.** Goiânia/GO, v. 8, n. 2, p. 252-273. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ateliê/issue/view/1448>. Acesso em: 08 maio 2020.

